

RESOLVER A CRISE DA ORGANIZAÇÃO

Anílcã César, Fernando, Filipe, Joana,  
Jorge, Samuel

## INDICE

|     |  |    |
|-----|--|----|
| I   | introdução.....  | 1  |
| II  | a situação e a orga. de que precisamos.....            | 2  |
| III | algumas medidas de transição para a LCI.....           | 8  |
|     | A) as formas de centralização.....                     | 8  |
|     | B) os 3 objectivos fundamentais para uma direcção..... | 9  |
|     | C) o funcionamento da direcção.....                    | 10 |
| IV  | o funcionamento regular da orga.....                   | 11 |
|     | A) sobre o CE e o CC.....                              | 11 |
|     | B) as direcções intermédias.....                       | 11 |
|     | C) o jornal.....                                       | 12 |
| V   | em conclusão.....                                      | 13 |

## RESOLVER A CRISE DA ORGANIZAÇÃO

### 1) INTRODUÇÃO

Um dos méritos do actual debate reside na ideia partilhada por todos os militantes ~~da~~ a LCI conhece uma crise profunda. Uma das principais tarefas do Congresso será sem dúvida determinar as suas causas essenciais e definir os eixos de uma resposta a esta crise.

No entanto, esta nos conscientiza, em função da história da LCI e do atraso sucessivamente acumulado, que esta batalha na frente interior deverá prolongar-se depois do Congresso.

Certamente, o desenvolvimento de "processo revolucionário" em 1974, os ritmos da sua evolução ligados à falta de experiência política, de acumulação de quadros, de centralização da orga (divisão profunda entre Lisboa e Porto durante todo o ano de 1974 e uma parte de 1975) explicam em grande parte as formas da crise actual da LCI; este fenómeno, aliás, atinge o conjunto das organizações de extrema-esquerda, mesmo se se concretiza sob diferentes aspectos.

Mas seria perigoso pensar a crise da LCI unicamente sob este ângulo tão objectivista, porque podia passar por cima dos elementos da crise que dependem mais directamente da nossa prática política e organizativa.

Nesse sentido, parece-nos que devemos fazer ressaltar 3 factores:

a) - A falta de compreensão exacta dos ritmos e das formas de desenvolvimento do ascenso revolucionário tornaram-nos:

- em primeiro lugar, incapazes de detectar as oportunidades políticas que surgiam na situação (aparecimento político e afirmação pública imediatamente depois do 25 de Abril de 1974; capitalização da audiência semi-organizada dos aderentes antes e depois das eleições; precisão da intervenção durante o período de Dezembro de 1974 até Março de 1975 que marca uma viragem importante na evolução do "processo revolucionário" ;

- em segundo lugar, incapazes de conceber as formas de organização, as prioridades organizativas em relação com a evolução da situação política e as suas exigências (jornal da orga, prioridade à implantação operária combinada com uma afirmação central nomeadamente em Lisboa; organização centralizada do nosso trabalho tanto em relação com o desenvolvimento massivo da sindicalização como em relação com o processo de aparição e afirmação das CTs.; preparação da intervenção nas CMs. e definição do peso dessa intervenção, etc..)

b) - O desfuncionamento organizativo propriamente dito, ligado a este 1º factor, acentuou e acentua as dificuldades de desenvolver iniciativas centrais e impede que nos liguemos a um trabalho sério e sistemático de solidificação interna (formação política, recrutamento, estruturas de simpatizantes, criação de direcções intermédias, organização do trabalho de massas e das fracções necessárias para o tornar eficaz nas CTs, CMs., sindicatos, exército, etc.). Por outro lado não permitiu utilizar todas as experiências de intervenção dos militantes para precisar a linha política, para fornecer a sectores menos desenvolvidos politicamente o resultado da prática de outros mais avançados, etc.,

c) - A linha política da orga, depois do 2º Congresso, mais especificamente a imersão da LCI na FUR e a concepção de FUR defendida pela direcção; acentuou ainda mais as dificuldades tanto de afirmação pública autónoma, como da organização das fracções do trabalho de massas (excepto no sector militar onde existe uma relativa independência em relação aos projectos políticos da FUR que tentam anexar os SUV), como de intervenção política em direcção às orgas centristas que desenvolvem actualmente uma política ultra-esquerdista aventureirista e pagarão com o acentuar da sua crise o preço de tal política.

Tentaremos evitar a armadilha estendida a qualquer tendência que não nasce de uma maioria na direcção anterior, a saber, multiplicar as críticas de funcionamento, utilizar de modo demagógico o descontentamento or-

ganizativo, fazer promessas eleitorais sobre a resolução de todos os problemas e prometer aos militantes um futuro maravilhoso. Não repetiremos o erro feito pela actual direcção quando do 2º Congresso mas compreendemos, que a crise actual da LCI é em grande parte o produto da sua história. A partir daí trata-se sobretudo de tentar situar os seus elementos, de analisar as várias responsabilidades que nós também partilhamos. Pensamos que, deste modo, uma auto-crítica pode ter um significado positivo conduzindo a uma transformação do conjunto da orga, independentemente dos problemas de tendência.

Esta transformação organizativa parece-nos tanto mais importante, paralelamente à reorientação política, quanto são muito grandes as possibilidades objectivas para a construção de uma orga marxista-revolucionária. Para mais, ainda não existem diferenças inultrapassáveis entre as organizações da extrema-esquerda: só a UDP tem uma audiência organizada qualitativamente superior. Além disso, existe uma crise política de todas estas orgas que pode ser acelerada por uma viragem da conjuntura política.

Este texto não pretende fornecer todas as soluções. Por um lado, para resolver correctamente uma série de problemas é necessário um mínimo de funcionamento superior que nos indique o rumo a seguir (por exemplo: o problema das direcções regionais e de cidade; a articulação das direcções das regiões do Norte e Sul, que representam problemas postos ao conjunto do MO.). Por outro lado, só uma discussão mais aprofundada, assegurando antes e depois do Congresso a participação dos militantes que estão concretamente confrontados com as múltiplas dificuldades políticas e organizativas, nos permitirá responder aos diversos aspectos da crise no quadro de crescimento da orga.

Não acreditamos numa solução milagrosa da crise organizativa, mas pensamos que são possíveis progressos muito rápidos na via da sua resolução se controlarmos melhor as causas desta crise, se rectificarmos a orientação política, se criarmos o quadro organizativo que nos permita fazer frente permanentemente aos problemas que surgirão.

Este texto tem por função explicar as linhas fundamentais da nossa concepção e sublinhar o que consideramos serem as prioridades.

## II-A situação e a organização de que precisamos

1º) Não insistiremos aqui nos princípios leninistas de organização, que não se reduzem às questões de disciplina. Queríamos acentuar as relações entre a situação política e os principais problemas organizativos que se nos colocam na fase actual.

Retomemos alguns traços da situação política que nos permitirão melhor compreender os problemas organizativos.

a) Tal como qualquer ascenso revolucionário, a actual situação é evidentemente caracterizada por:

- bruscas viragens na situação política, a multiplicação de "incidentes políticos" que tomam muito rapidamente a dimensão de acontecimentos centrais e que actualmente, desembocam numa crise governamental; isto fornece um terreno favorável à politização de largos sectores da classe operária;

- o acelerar do processo de auto-organização, com todos os seus atrasos e defeitos, que integra na actividade política permanente importantes sectores da classe, sem equivalência imediata com o processo organizativo das diversas correntes de extrema-esquerda ou do PC; este processo é um terreno privilegiado de intervenção e permite medir efectivamente a influência e capacidade política das orgas e o grau de controle dos reformistas.

b) A situação do movimento de massas caracteriza-se por uma grande mobilidade e disponibilidade políticas. Isto traduz-se tanto pelas muito grandes possibilidades de ganhar uma audiência na vanguarda operária em constante reforço (em particular pela incorporação na luta dos sectores mais afectados pelos efeitos da crise económica: construção civil, etc), como pela passagem relativamente rápida de camadas de trabalhadores da zona de influência de uma orga para

outra (especialmente devido à fraqueza política das suas respostas), como pela audiência possível nas fileiras do PC e, inclusivamente, pela distanciação das ligações entre a base operária do PS, especialmente quando de movimentos reivindicativos e a direcção social-democrata.

c) Os 48 anos de dominação salazarista não desempenharam um papel determinante no plano da combatividade operária. A emergência de uma vanguarda operária, escapando rapidamente (em primeiro lugar nas grandes fábricas de Lisboa) ao controle dos reformistas, juntando-se à crise estrutural da economia portuguesa) que fez desembocar rapidamente as reivindicações salariais em lutas pelo controle operário contra a sabotagem da burguesia) estimulou o ascenso do movimento de massas. Esta combina o reaparecimento de formas tradicionais e permanentes de organização da classe (sindicatos) e as formas de auto-organização (que inicialmente preenchiam o vazio mas que depois exprimiam a maturação do movimento).

Mas este movimento, que devido à crise do aparelho repressivo não encontrou grandes obstáculos no seu desenvolvimento, manteve-se na sua quase totalidade um movimento semi-espontâneo e semi-consciente. Este fenómeno possui diversas expressões, mas só nos interessa aqui a conclusão organizativa. Por exemplo, a distância que existe entre a parte da vanguarda operária efectivamente organizada pela extrema-esquerda e o conjunto dessa vanguarda capaz em certos momentos, de se lançar em acções de alto nível (manif. de 20 de agosto em Lisboa), reflete esse movimento semi-espontâneo. Aliás, encontra-se neste fenómeno uma das raízes objectivas para o ultra-esquerdismo que reina na maioria das orgas centristas. A crise do aparelho de Estado reforça este ultra-esquerdismo que não os limites de um tal movimento semi-consciente, e a partir daí as enormes capacidades de recuperação reformista (particularmente do PC) e não compreende a necessidade de ganhar e organizar a maioria activa da classe operária.

2º) Estes diferentes elementos têm consequências essenciais na definição das prioridades organizativas.

a) Em relação com a sucessão dos acontecimentos políticos é absolutamente necessário tornar a orga capaz de uma resposta imediata, quer dizer utilizar os acontecimentos não sómente para repetir num comunicado as nossas propostas gerais e fórmulas mais ou menos abstractas, mas sobretudo p. ex:

- explicar pedagógica e concretamente o sentido político deste acontecimento ligando-o às questões políticas centrais (nesses sentidos é preciso ter uma sensibilidade aos problemas da agitação e propaganda: as fórmulas concretas, as imagens e exemplos, etc);

- fazer propostas de iniciativas concretas susceptíveis de serem retomadas mesmo por partes do movimento e desenvolver uma política unitária correspondente facilitando a concretização das propostas;

- escolher o modo de intervenção que permita afirmar a nossa presença e capitalizá-la, organizando mais tarde o recrutamento.

A sucessão de crises políticas desde há um mês e meio ofereceu-nos oportunidades fantásticas para desenvolver este tipo de intervenção que nos facilitaria ao mesmo tempo a tarefa de debate na extrema-esquerda, a intervenção pública, a implantação na classe operária e a organização da nossa influência (nos casos da ocupação dos rádios, RASP, luta do MCS, Renascença, debate Soares-Cunhal, construção civil, metalúrgicos, solidariedade com Espanha). Por exemplo, na manifestação da construção civil era possível organizar uma distribuição de comunicados e a animação política por um piquete de soldados tudo isto respeitando a democracia do movimento e nunca nos chocando com ele.

Evidentemente, como a manifestação era conhecida há muito e era fácil compreender o seu papel na sequência dos movimentos reivindicativos (a menos que se pretenda, como o dizia a direcção no último CC, que este jamos em período de refluxo) era necessário preparar a orga para esta intervenção, mobilizá-la com propostas precisas explicando aos militantes a importância desta iniciativa. Sem isso, será muito difícil reunir as forças da orga, tanto mais que a falta sistemática de iniciativas organizadas e preparadas acentua os efeitos centrífugos.

Uma das pre-condições para lançar tais iniciativas reside muito simplesmente na capacidade de indicar permanentemente aos militantes (papel das circulares, do jornal, das ligações sistemáticas com as direcções intermédias) o que na actualidade política deve ser objecto de uma atenção cuidadosa. Além disso, um funcionamento regular pode permitir rectificar a pontaria e ajustar imediatamente a nossa intervenção se cometermos erros de apreciação.

b) O desenvolvimento da auto-organização, como a caracterização que fizemos do período (dessincronização entre a crise do aparelho de Estado e o desenvolvimento e centralização insuficiente dos "órgãos do poder popular") dão-nos como tarefa estratégica prioritária o desenvolvimento, unificação e centralização dos "órgãos do poder popular", assim como o desenvolvimento da auto-defesa (veja-se o capítulo IX, ponto 4 do texto "por uma reorientação, por um congresso extraordinário:").

A afirmação política dessa prioridade deve contrabalançar uma tendência normal, na actual situação, no interior da orga: a dispersão de forças, a atomização da nossa intervenção criada pelo reflexo que têm numerosos militantes antes de correr atrás de cada uma das múltiplas oportunidades que se nos oferecem quotidianamente. Só a integração desta prioridade na orga (graças a uma acentuada politização), com as consequências organizativas a que voltaremos mais adiante, podem fazer deste eixo estratégico algo mais do que uma palavra de ordem no fim de um comunicado.

Um certo número de escolhas organizativas decorrem do que dissemos.

-É necessário privilegiar uma intervenção e implantação na vanguarda operária (e em Lisboa o atraso é muito grande...) e priorizar as CTs em relação às CMS. É evidente que é mais fácil penetrar nas CMS, mas ninguém pode duvidar que um real movimento de centralização, com prometendo importantes sectores da classe a partir dos movimentos reivindicativos que se desenvolvem, terá como espinha vertebral as CTs. Nesse sentido é preciso discutir muito precisamente as prioridades de intervenção nas CMS, (tendo em conta a sua natureza, ligações com as CTs, potencialidades de auto-defesa, etc.) em relação ao esforço determinante em direcção às CTs.

-A perspectiva de centralização deve implicar formas de centralização da orga adaptadas a este objectivo estratégico. Quer dizer, é necessário privilegiar a criação de fracções regionais e nacionais das CTs e dos sindicatos (estes estando dependentes dos movimentos reivindicativos e mesmo do papel do PC). Quanto à organização de uma fracção nacional ao nível das CMS, será necessário discuti-la mais precisamente depois de feito um balanço concreto da intervenção e das possibilidades de articular esse trabalho com o das CTs.

-O desenvolvimento de uma campanha sobre a centralização das CTs, CMS, e APs, sobre a APN exige a divulgação o mais concreta possível de todos os exemplos de centralização que se desenvolvem ao nível inter-sectorial, de ramos de actividade, de grupos (CUF) etc... Daí decorre também a necessidade de fracções nacionais (como existe no sector militar), e da circulação regular das informações em toda a organização. Isso não é somente um problema de circulares, mas sobretudo do funcionamento das direcções intermédias, do funcionamento efectivo do

CC que deve ser um lugar privilegiado de centralização. Este CC deve incorporar os militantes decisivos no trabalho de massas (e reunir frequentemente com as direcções intermédias e de fracção). Com efeito, é necessária uma ligação permanente entre a direcção e a orga, que é a condição para uma intervenção política (que nunca pode ser o produto da actividade febril de um camarada centralizando tudo, em conclusão, não centralizando nada), para uma vida política interna e para a junção do nosso projecto político central e do funcionamento da orga. É nesse sentido que deve ser compreendido o centralismo democrático, e não a partir de uma concepção que reside essencialmente na visão do seguidismo beato da base dócil em relação a uma direcção que reserva à orga surpresas permanentes (25 de Agosto, etc.).

CD25A

C) Face aos limites deste movimento semi-espontâneo e semi-consciente - cujos limites são provados nomeadamente pela recuperação do PC no último período - e ao desenvolvimento de correntes ultra-esquerdistas e afirmação de um pólo marxista-revolucionário independente, elemento decisivo na construção do partido, é uma tarefa prioritária, o que é contraditório com a nossa prática actual na FUR e a dinâmica organizativa da FUR. Neste primeiro nível como afirma o texto "Por uma reorientação por um Congresso Extraordinário", é essencial recusar qualquer integração na mecânica organizativa da FUR. A batalha política que devemos levar a cabo na FUR pela sua ruptura/recomposição é contra todas as concepções frentistas deve concretizar-se organizativamente na nossa recusa em diluirmo-nos nas estruturas da FUR: CAFs, secretariados locais etc. Neste plano, não pode haver qualquer ambiguidade. Ao contrário da direcção que assina textos ("Estatutos dos CAFs") para tentar em seguida não os aplicar, o que obriga os camaradas do CR a saírem-se sozinhos entre a assinatura da direcção em textos que os centristas utilizam depois contra nós e a vontade de não liquidar a organização desta frente cada vez mais impotente.

A construção de uma org. trotsquista implica uma propaganda permanente em torno das nossas próprias concepções políticas ao mesmo tempo que nos esforçamos por criar as unidades na acção mais largas. Assim todos os esforços unitários em direcção à extrema-esquerda e aos partidos reformistas devem acompanhar-se de uma afirmação da org. sobre as principais questões políticas (conferências de imprensa, artigos na imprensa burguesa, jornal, comícios locais e centrais, brochuras difundidas segundo as nossas capacidades financeiras). A dimensão polémica, sem ser sectária, deve ser reintroduzida na nossa propaganda, nomeadamente pela publicação de brochuras consagradas à orientação política seguida pelas org. centristas e reformistas do MO, particularmente o MES (pelo seu papel determinante na FUR) e o PC.

Estamos conscientes de que num primeiro momento esta actividade de reafinação de uma org. trotsquista independente vai-nos valer uma denúncia sectária por parte dos centristas e ultra-esquerdistas, denúncia tanto mais sectária quanto esses mesmos centristas podem mudar completamente de linha uma vez mais perante um governo com o centro de gravidade no PS-PC-MFA remodelado.

A necessidade absoluta da construção de um pólo trotsquista de referência nos próximos meses inscreve-se precisamente no quadro da crise generalizada da extrema-esquerda, que não deixará de se aprofundar num futuro próximo devido aos próprios prazos do desenvolvimento político. Numa certa medida esta crise é mascarada pela nossa própria incapacidade (devido à orientação actual da org. e às consequências organizativas desta linha) de servir aos militantes críticos em relação a esta org., para os quais a LCI não é uma alternativa política (aliás não existe, para além da sua participação na FUR).

SE dizemos neste texto que é vital construir a org. marxista revolucionária, é porque não queremos cair na repetição ritual de que "é necessário o Partido Operário Revolucionário", afirmação decerto justa mas que não resolve nada nem convence ninguém. Trata-se para nós de mostrar praticamente que só a construção desta org. pode, num futuro próximo, reforçar as nossas fileiras e, sobretudo, criar uma saída política e organizativa para uma importante parte da vanguarda que conhece a crise actual da extrema esquerda e, que, sem a nossa intervenção activa nessa crise, pode desmoralizar-se e desmobilizar-se. Isso para além das repercussões objectivas na margem de manobra concedida à burguesia e na capacidade de recuperação dos reformistas, bloquearia o nosso próprio desenvolvimento. Deste duplo ponto de vista a linha seguida actualmente pela direcção na FUR arrisca-se a levar à decomposição da vanguarda e, naturalmente, da LCI com ela.

D) Para levar a bom termo uma tal reorientação organizativa, que corresponde evidentemente à reorientação política pela qual apelamos à convocação do Congresso Extraordinário é urgente um reforço rápido.

Um esforço de organização dos simpatizantes e, paralelamente de recrutamento, deve permitir

crutamento deve permitir alargar muito rapidamente a força de intervenção da orga. Se o atraso acumulado nesse domínio, nomeadamente no momento da campanha eleitoral, ainda não criou diferenças qualitativas entre nós e as outras orgas de extrema-esquerda (à excepção da UDP), não temos no entanto dúvidas que um acréscimo da diferença actual de efectivos (o MES tem 1000 militantes) pode tornar-se rapidamente uma limitação contra nós. Uma politica de recrutamento e alargamento das forças da orga deve portanto ser iniciada imediatamente.

— O enquadramento dos simpatizantes actuais e o funcionamento de es estruturas simpatizantes para organizar os que poderemos ganhar por uma intensificação do trabalho de massas e da nossa afirmação politica, assim como a animação politica dos grupos simpatizantes, é uma tarefa importante que deve ser tomada nos ombros de todas as células e das direcções. Combinado com um trabalho de formação dos militantes, este esforço deverá traduzir-se rapidamente por um recrutamento para a orga.

— É nesta mesma visão que devemos lançar em relação ao PRT uma ofensiva unitária combinando propostas de discussão politica e de unidade de acção imediata visando a unificação do PRT com a LCI no quadro da secção portuguesa da IVª Internacional. A posição sectária e fraccional do PRT, explorando facilmente a orientação politica errada da direcção actual, pode e deve ser combatida por propostas de debate e trabalho comuns. Ninguém pode garantir que o objectivo será atingido: a unificação só se pode efectuar na base de uma homogeneidade mínima que não ameace desfazer ou paralisar rapidamente a orga unificada. Mas se o objectivo de unificação dos trotsquistas se realiza — e contrariamente à direcção, devemos fazer todos os possíveis para isso — a orga tornar-se-á rapidamente uma força notável na extrema-esquerda, com um impacto mais eficaz na crise das orgas centristas e ultra-esquerdistas, e poderia vir a ser, com uma politica correcta, uma referência séria para os militantes críticos do PS e do PC.

### III - ALGUMAS MEDIDAS DE TRANSIÇÃO PARA A LCI

#### A) AS FORMAS DE CENTRALIZAÇÃO

Para impôr uma verdadeira centralização, é necessário garantir que o centro político da org. possa estar sobre os acontecimentos, conhecendo todas as informações, para as retransmitir à org. para lançar uma campanha nacional se necessário. Mas existe ainda um outro aspecto: a necessidade de fazer assimilar por todos os militantes as lições da luta e, sobretudo, fazer compreender o movimento social de fundo, utilizando estes indícios e exemplos.

Em resumo, trata-se de adaptar o sistema organizativo à eficácia e nervosidade exigida pela nossa própria implantação e intervenção real que existe mesmo já neste momento, para a transformar num passo em frente para a org. no seu todo.

Isso supõe:

1) Uma ligação regular entre as direcções intermédias e o CE que é decisivo quer do ponto de vista das informações quer para a preparação de iniciativas políticas apoiadas numa campanha agitatória generalizada. Os meios fundamentais para alcançar este objectivo são:

- as circulares regulares de balanço de cada acção, do desenvolvimento da implantação, de todas as respostas que procurámos dar, orientando politicamente o conjunto dos nossos militantes;

- as viagens dos membros da direcção para o conhecimento da situação global da org..

Assim, por exemplo, se lançamos uma campanha contra o A.I., pela Assembleia Popular Nacional, pela auto-defesa, a direcção deve fazer dela o tema predominante do jornal, propostas unitárias, comícios, participação nas manifestações de massas, e cada c. desdobra-la-á nos comunicados, intervenção nos sectores, propaganda local. A única possibilidade de marcarmos pontos é criar uma relação de forças favorável às nossas iniciativas, empenhando todas as forças a fundo, o que exige que os militantes e simpatizantes preparem conscientemente cada acção, acompanhem os balanços nacionais e sectoriais, sejam informados de todos os resultados positivos e negativos, enfim, tenham uma visão completa dos nossos objectivos antes e durante a campanha e possam depois tirar um balanço colectivo que abra as perspectivas para a actividade futura.

Se continuarmos com este exemplo, é também evidente que a direcção deveria fazer sair semanalmente uma circular, armando os militantes para a intervenção, e nomeadamente para os confrontos com as organizações com as quais concorreremos mais directamente (centristas, UDP, PRT). Por outro lado, para a capitalização interna e a elevação do nível de experiência e formação militante, seria possível partir de um inquérito (quantos militantes em CT/CN/AP/CS/sindicatos), definir os objectivos (intervir em tais sindicatos, implantarmo-nos em tais sectores, participar em tais APs., chegar a tais zonas, etc.), destacar forças para a organização de novos sectores. Tudo isto lado a lado com a intervenção sistemática do jornal, com o esforço voluntarista da org., com o enquadramento pelas estruturas intermédias. O que põe um outro problema:

2) a centralização só existe quando se reflete nos órgãos de direcção, que são capazes de impor um ritmo à org., fazer assimilar e repercutir as nossas experiências e analisar a situação a partir dos elementos que o conjunto de militantes pode trazer sobre a radicalização e consciência dos trabalhadores, força dos partidos, capacidade de resposta política do MO, ao mesmo tempo que mede sistematicamente o impacto da nossa intervenção e corrige o tiro.

Tudo isto significa que a direcção deve ser a síntese das nossas experiências para o que não basta que seja a soma de camaradas com expe

riência. É necessário que a org. funcione, que o elevador suba e desça recolhendo os elementos que são tão importantes para a org. como o sangue para o corpo. Esta é pois a primeira prioridade para a direcção saída do Congresso e deve reflectir-se nas preocupações dos seus debates e de todas as suas decisões.

3) a construção de fracções nacionais de intervenção de massas é o 3º elemento decisivo para o funcionamento-centralização da org..

Os esforços de alguns camaradas permitiram dar uns passos no sector anti-militarista. Mas, para além do voluntarismo, a preparação de iniciativas à escala nacional é a única forma de acompanhar a radicalização e determinar os confrontos, que eram já prefigurados por exemplo no RASB-CICAP. Neste caso, já frizámos a importância de uma acção nacional. Sem o apoio de Lisboa, a derrota parcial, mesmo que momentânea, era inevitável: a hierarquia militar e o governo tinham toda a possibilidade de manobrar, evitando a repressão violenta e desmobilizando os soldados. E isto numa altura em que o 6º governo era extremamente vulnerável, incapaz de atacar o movimento de massas e limitado à preparação das suas armas! E acreditamos que mesmo uma pequena org. podia modificar a relação de forças, voltar a interessar todos os militantes pela defesa de uma luta em cuja direcção os nossos próprios camaradas participavam, forçar os centristas a fazer qualquer coisa, impor uma acção dos SUV. Basta dizer que um punhado de militantes vendem num dia quase 1000 jornais "Soldados em Luta"...

Fazer qualquer coisa... seria já a preocupação de uma fracção nacional estruturada. Com as nossas forças actuais, essa estruturação significa:

- um militante ou uma comissão responsável pela fracção e intervenção no seu interior;
- a concretização de um programa de acção para o sector;
- reuniões regionais regulares de militantes e simpatizantes, discutindo a intervenção, preparando os comunicados e programando a acção (eleições sindicais, lutas operárias, propaganda XYZ, intervenção nos SUV);
- reuniões nacionais para preparar acções concretas, organizadas pela direcção nacional de fracção.

Se passamos do exemplo do sector anti-militarista, da mesma forma a centralização de uma fracção operária é exigida pela preparação das APs. e pela perspectiva da APN. Tudo isto passa pela compreensão de todos os militantes, da enorme vantagem da centralização, isto é, de roubar 3 ou 4 horas semanais à CM ou CT e dedicá-las à preparação de reuniões de debate, à discussão de experiências, e sobretudo, ao estudo de iniciativas precisas, por mais modestas que sejam num primeiro momento.

O transcrescimento da org. será fruto de um salto qualitativo da intervenção num terreno onde já estamos presentes: CM, CT, AP, auto-organização dos soldados. Daí a prioridade à organização das nossas forças e à sua orientação numa direcção correcta, tendo em conta a análise de evolução política que fazemos, de forma a modificar muito rapidamente a nossa capacidade de acção, utilizando as forças reais de que dispomos.

## B) OS 3 OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS PARA UMA DIRECÇÃO

Decorrem directamente do que dissemos atrás e são:

1) alimentar politicamente a org., o que implica todo o trabalho de informação política interna a que nos referimos, e, nomeadamente, a luta contra a tendência a curto-circuitar a formação de quadros.

Tal como diz o PC, os quadros devem-se formar com as forças de cada sector e a transplantação é um método que vicia a organização e paraliza o sentido de iniciativa: a capacidade de resposta de cada mili

tante e de cada c. a um acontecimento político, ao nível de propaganda, panfletos, avançando respostas concretas.

O aspecto determinante da nossa actividade é sem dúvida a iniciativa autónoma: é uma lição da FUR. Prepará-la e organizá-la, esse é o sentido de toda a actividade da org.;

2) e elevar o nível de consciência da org., nomeadamente através da normalização da actividade própria, de forma a aproveitarmos ao máximo as potencialidades do período que atravessamos para afirmar o nosso programa em relação directa com as acções que marcam a nossa participação na revolução, e de forma a fazer surgir eixos de ruptura com as outras organizações sobre as propostas em torno das questões que se colocam imediatamente às massas e à vanguarda;

3) capitalizar a nossa intervenção nas lutas, o que remete para o debate sobre o trabalho de massas e as estruturas de enquadramento.

### C) O FUNCIONAMENTO DA DIRECÇÃO

A questão fundamental que se pôs sempre durante os 2 anos de desenvolvimento da Liga e que se continua a pôr hoje é a construção da direcção. Já sublinhámos o seu papel na síntese das experiências e na sua assimilação por todos os militantes. Vejamos agora os principais problemas para a concretização desta perspectiva.

A burguesia e toda a vida política têm dois centros: Lisboa e Porto. A nossa org. baseia-se também em 2 núcleos de militantes, com a particularidade de que o centro político do país não coincide com o maior desenvolvimento da nossa implantação operária. Daí que o funcionamento da direcção deva articular-se num CC integrado pelos dirigentes dos sectores fundamentais de intervenção e num CE alargado e apoiado em ambas as regiões e nos seus C. Regionais.

É a condição justamente para:

- superar os debates desligados da realidade política (exemplo: toda a discussão do II Congresso baseou-se na definição do regime, RFA, precisamente porque nenhuma tendência tinha completamente a sensibilidade necessária para estudar os problemas do conjunto da org.);

- concretizar o nosso programa e a nossa linha em cada sector;

- formar um número suficiente de militantes para enquadrar a org. e dirigir os sectores, as fracções, as direcções intermédias.

No entanto, não podemos subestimar as nossas dificuldades. Para o êxito do III Congresso, na direcção eleita devem empenhar-se um grande número de quadros, parte dos quais se abstinha no II Congresso. Não tenhamos dúvidas que sobre o conjunto dos quadros pesa também a juventude, a inexperiência e a pequena inserção da org..

Abrimos aqui um parêntesis para sublinhar um aspecto importante. Todos os militantes sabem que os membros do CC signatários já estiveram, em diversas ocasiões e em diversas medidas, à frente da org.. Queremos que fique bem claro que os erros desses períodos são também uma causa importante do estágio actual da org.. No entanto, um esforço de reflexão conjunta permitiu dar os primeiros passos para a opção por uma orientação política que pensamos ser alternativa à actual, com tudo o que isso implica na visão dos métodos de funcionamento e direcção.

Este debate é portanto decisivo para:

- impor a democracia política na org. baseada na elevação da consciência dos militantes;

- criar uma direcção capaz de clarificar as tendências políticas que aparecem através das lutas, determinando as prioridades e escolhas organizativas em função desta análise;

- recusar a intervenção em todos os sentidos;

- finalmente, definir as medidas e o programa que homogeneize a organização e ao mesmo tempo salvaguarde as particularidades dos diversos tipos de intervenção e sectores.

#### IV - O FUNCIONAMENTO REGULAR DA ORGANIZAÇÃO

Dissemos acima que o nosso objectivo não era apresentar um catálogo de reivindicações propondo milagrosamente soluções. Só o funcionamento colectivo pode resolver a maior parte dos problemas organizativos. Isto tendo em conta que decorrem das prioridades políticas e devem ser tratados como problemas políticos, mesmo considerando a sua expressão organizativa.

Quando a org. souber para onde quer ir, então é necessário perguntar: mas como é que lá chegamos? Só as escolhas políticas centrais permitirão determinar os detalhes das escolhas organizativas.

Mas da mesma forma que é absurdo fazer uma longa marcha com os pés descalços, é também absurdo esperar o minuto anterior à partida para procurar o par de sapatos que é necessário calçar. Vamos portanto tentar explicar algumas normas de funcionamento que são o mínimo para regular e estabilizar a nossa intervenção.

##### A) SOBRE O EXECUTIVO E O CC

Insistimos em que, para nós, é o CC que é responsável pela aplicação e orientação da org. entre 2 Congressos. Isto visa combater a tendência do actual secretariado do CE (e de certa maneira de todos os anteriores) que só concebe o CC como uma caixa registadora dos seus pontos de vista. Este funcionamento tem muito pouco a ver com as regras elementares da democracia interna.

Uma das tarefas essenciais do Executivo é portanto a preparação do CC. Para isso, não basta que o CE tenha a amabilidade de estar presente nas reuniões, é necessário que os membros do CC tenham os meios políticos para resolver os problemas. Estes meios políticos, não são só as capacidades de cada camarada, mas são sobretudo as informações sobre os problemas em debate. É claro que as circulares e viagens são (como dissemos na parte anterior) uma parte dos meios necessários a esta informação. Mas é igualmente necessário que os relatórios e propostas ao CC sejam escritos e enviados a todos os seus membros, o que permite o trabalho de reflexão que precede qualquer discussão séria.

Deste ponto de vista, o funcionamento do CC implica que o CE tenha os meios para apresentar os relatórios, como síntese das experiências e problemas da organização. Essa é a prioridade para o funcionamento da direcção, apoiando-se nos CRs e nas fracções centralizadas nacionalmente, baseando-se em 5 camaradas que permanentemente assegurem as tarefas fundamentais: centralização das iniciativas, jornal, formação, etc..

O alargamento do CE deve permitir integrar camaradas que estejam directamente ligados às regiões e à direcção do trabalho de massas, da mesma forma que o CC deve poder dividir-se em comissões que responsabilizem todos os seus membros (jornal, formação, anti-militarista, operária, finanças).

Passemos a um outro aspecto do problema, ao nível dos contactos entre o CE e as experiências de centralização em curso no país: a organização e funcionamento das direcções intermédias.

##### B) AS DIRECÇÕES INTERMÉDIAS

Pela sua responsabilidade na aplicação da linha e pelo enriqueci -

mento que lhe podem trazer em função das experiências vividas, são as mais importantes correias de transmissão da organização.

As ameaças ao seu funcionamento explicadas atrás são o fruto de uma alimentação política insuficiente: as consequências são a gestionite ou, no melhor dos casos, uma tentativa de animação local que, sem dimensão nacional, sofre as consequências do seu carácter parcial, insuficiente e limitado. Uma vez mais, e isso nada tem de extraordinário, somos obrigados a sublinhar a importância do funcionamento interno.

Mas depois da leitura do texto, imperfeito, é possível cair na armadilha de pensar que o funcionamento regular é o remédio santo e que a partir daí o nosso crescimento será linear. Certamente que importa que a org. funcione como um instrumento, mas a sua utilização e os seus fins também são importantes. Daí que o sistema organizativo deva estar virado para o exterior.

Isto leva-nos a determinar 3 níveis:

- a vida regular da org. (textos de orientação, resoluções da direcção, circulares, debates nas fracções, reuniões extraordinárias de organização, etc.);

- o sistema de edições e publicações (jornal, brochuras, jornais sectoriais, publicações que podemos influenciar, etc.);

- o sistema de formação (escolas elementares, escolas de quadros, reuniões públicas regulares, estágios internos, etc.).

Voltaremos a estes pontos nos trabalhos da tendência preparatórios do Congresso. Mas, apesar de tudo, há algumas observações a fazer. É evidente que por mais válidas que sejam estas propostas, não são realizáveis de um momento para o outro. É necessário definir as prioridades, a hierarquia dos nossos objectivos. E o primeiro nível a atingir para encarar com seriedade as tarefas de transcrescimento da organização é sem dúvida a preparação e organização das nossas forças para intervir com o máximo de eficácia na luta de classes. Vejamos o exemplo de uma das expressões da vida regular da nossa organização: o jornal.

### C) O JORNAL

Esta questão será objecto de um estudo específico (com todos os detalhes orçamentais, nº de profissionais, funcionamento da Redactorial, serviços a prever, etc.).

Contentamo-nos em observar que face a uma situação que sistematicamente exige dos revolucionários explicações e respostas, que face à confusão política da extrema-esquerda, que face a tudo isto, só saíram 19 números do Luta Proletária. O número dispensa comentários. Mas faremos um único: é difícil conceber a construção da org. sem o jornal que difunda as nossas ideias, é portanto uma prioridade política e não só organizativa. E também porque temos algumas responsabilidades no seu funcionamento, podemos garantir que a saída e distribuição nunca foi nem nunca é um problema financeiro em si, isto é, é um problema duplo: assegurar a direcção política do jornal (nomeadamente investindo alguns membros do CE e CC na Redac., dedicando-se centralmente a esta tarefa, apoiados por alguns permanentes técnicos) e garantir o funcionamento regular de todas as instâncias de alto a baixo de forma a que todos os militantes assumam a venda do jornal e façam reflectir nele as suas experiências e o seu trabalho político, estas são as prioridades.

Se insistimos tanto na nossa concepção da org. como um intelectual colectivo, é porque pensamos que é a forma de preparar uma interven-ção de massas com um máximo de eficácia. É porque se põe o problema: como ganhar para as ideias marxistas-revolucionárias a vanguarda, como conquistar as massas?

Rejeitando qualquer concepção espontaneísta, é necessário instru-

mentalizar a nossa política. Não será essa a função do jornal? E por isto que uma das decisões do congresso deve ser lançar um semanário.

O que significa um grupo de profissionais políticos e técnicos, uma campanha de promoção, os aparelhos necessários para que sejamos nós próprios a escrevê-lo, a batê-lo, compô-lo e imprimi-lo... não é fácil mas é possível, apesar de que pensarem os camaradas cépticos pela irregularidade actual do jornal. Mas, tal como para resolver todos os problemas, a única solução é encará-los de forma séria e de resolvê-los profissionalmente. Um texto que será submetido à orga proporá um estudo orçamental, técnico e humano para conseguir a saída do jornal.

#### D) Os nossos objectivos imediatos e realizáveis

Este Congresso, assim o esperamos, será a ocasião de homogeneizar a organização e de a armar técnicamente. Para a aplicação prática da sua orientação é necessário que a organização funcione. E, dizemo-lo sem pretensões nem demagogia, é necessário que a democracia interna seja uma realidade. Desta democracia dependerá precisamente a participação dos militantes, regularizada a todos os níveis, expressando-se permanentemente na orga.

A partir daí, podemos compreender que a primeira prioridade é assegurar o funcionamento da orga, que permita educar para a intervenção o conjunto de novos militantes que precisamos para rentabilizar a nossa acção, enquadrá-los e garantir simultaneamente que o normal funcionamento das instâncias, o debate permanente, a centralização política, sejam armas para aumentar qualitativamente a nossa intervenção. ES Esse objectivo, como condição de sobrevivência, é a segunda prioridade e portanto a razão para as escolhas fundamentais da direcção. A sua realização prática depende do jornal, do empenhamento do conjunto dos militantes, da política de formação, etc., e é o objectivo para o mês ou dois meses seguintes ao Congresso, de forma a que possamos responder ao sectarismo da extrema-esquerda, à crise das orgas do MO e à situação política.

A terceira prioridade é o rápido alargamento da nossa base de influência e o seu enquadramento organizativo.

Mas não há dúvida que tudo isto só é possível se conseguirmos concretizar as nossas tarefas.

#### V) Em conclusão

A fazermos a leitura final do texto, ressaltou a montanha de insuficiências do texto. Temos consciência do seu carácter incompleto, e sabemos que o facto de ser escrito por um grupo de militantes do CC não é precisamente a garantia de que parta de uma visão completa dos problemas. Mas como diz um ditado, 2 olhos vêm bem, mas 4 vêm muito melhor. É portanto a tarefa de todos os militantes participarem no debate e transformarem-no num passo para a resolução das nossas dificuldades, para a construção do Partido.

A cada um a sua caneta!

Amilcar, César, Fernando, Filipe, Joana, Jorge, Samuel

12/NOV./75

